RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Proposta de Definição do Âmbito do Estudo de Impacte Ambiental

Parque Eólico do Mira – Hibridização da Central Fotovoltaica de Ourique

Título: Relatório de Consulta Pública

Parque Eólico do Mira – Hibridização da Central Fotovoltaica Ourique

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente

Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental

Divisão de Cidadania Ambiental

Maria Clara Sintrão

Data: outubro de 2026

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....4

2. O PROJETO.....4

3. LOCALIZAÇÃO.....4

4. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA.....4

5. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO.....4

6. PROVENIÊNCIA E SÍNTESE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS.....5

1. INTRODUÇÃO

A Proposta de Definição do Âmbito (PDA) do projeto **Parque Eólico do Mira – Hibridização da Central Fotovoltaica de Ourique** foi, nos termos do artigo 12.º, n.º 5, do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na atual redação, sujeita a um procedimento de consulta pública que decorreu por um período de 15 dias úteis, de 4 a 24 de setembro de 2026. O proponente do projeto é a ISDC – International Solar Development Corporation, e a entidade licenciadora, a DGEG.

2. O PROJETO

O objetivo do projeto consiste na produção de energia a partir de uma fonte renovável e não poluente – o vento. O projeto apresenta uma potência total instalada de 158,4 MW, com a instalação de 22 aerogeradores, e prevê uma produção anual estimada de 377,94 GWh.

3. LOCALIZAÇÃO

A área prevista para a implantação do projeto localiza-se nos concelhos de Odemira, Ourique e Almodôvar.

4. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA

A documentação relativa a este procedimento de consulta pública esteve disponível no portal Participa.pt.

5. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO

A publicitação da PDA foi efetuada por meio de:

- Afixação de anúncios na CCDR Alentejo e nas Câmaras Municipais de Odemira, Ourique e Almodôvar

- Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social de âmbito nacional;
- Divulgação na Internet, no *site* da Agência Portuguesa do Ambiente e no portal Participa.pt;
- Envio de comunicação às ONGA de âmbito nacional e da área de implantação do projeto, constantes no RNOE.

6. PROVENIÊNCIA E SÍNTESE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Durante o período de consulta pública foram recebidas 476 participações, provenientes de entidades da administração local — Câmara Municipal de Odemira, Câmara Municipal de Ourique, Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia de Relíquias —, da CHIRO – Associação Morcegos.PT e de cidadãos a título individual - 472.

A análise das participações recebidas revela uma contestação muito significativa à PDA e à configuração proposta para o projeto. As principais preocupações, transversais à maioria dos seus contributos, incidem na necessidade de uma avaliação integrada das infraestruturas, na consideração dos impactes cumulativos, na proteção da biodiversidade, na proximidade às comunidades, na paisagem, no ordenamento do território e na análise de alternativas efetivas.

Sintetizam-se, em seguida, os aspetos mais relevantes das participações recebidas:

A **Câmara Municipal de Odemira** manifesta uma posição desfavorável à configuração proposta do projeto, em razão dos potenciais impactes territoriais, ambientais, sociais e económicos. Contesta a implantação de aerogeradores em áreas com sobreiros e azinheiras, considera insuficientemente justificados alguns acessos e propõe um afastamento

mínimo de 1 000 metros entre as torres e habitações, empreendimentos turísticos e instalações empresariais. Para as linhas de alta e muito alta tensão, defende um afastamento mínimo de 200 metros, assinalando ainda a incompatibilidade do traçado previsto com a zona de expansão urbana de São Martinho das Amoreiras e com terrenos destinados a habitação municipal. Identifica também condicionantes decorrentes do PDM de Odemira e da sua revisão, da Reserva Agrícola Nacional, da Reserva Ecológica Nacional, da proteção dos recursos hídricos, das áreas com risco de incêndio e da proximidade a património arqueológico e arquitetónico. Salienta ainda que existem diversos elementos patrimoniais na área de estudo que não se encontram suficientemente considerados na proposta e que o território necessita de uma prospeção arqueológica mais aprofundada. Considera, igualmente, insuficientes as compensações previstas para o território e defende benefícios concretos para as populações locais, como a melhoria das estradas EN 123, EM 503 e CM 1127, a reativação das estações ferroviárias de Luzianes-Gare e Pereiras-Gare e a instalação prioritária de fibra ótica. Solicita, por fim, a salvaguarda dos direitos dos proprietários afetados e a garantia de remoção das infraestruturas e de recuperação ambiental dos terrenos no final da exploração.

A **Câmara Municipal de Ourique** manifesta, também, preocupação com os potenciais impactes ambientais, territoriais, paisagísticos e socioeconómicos expectáveis. Defende uma maior proteção das áreas abrangidas por condicionantes territoriais e ambientais, bem como o afastamento das infraestruturas relativamente a habitações, empreendimentos turísticos e empresariais. Esta entidade propõe o enterramento das linhas elétricas, a proteção da avifauna, dos solos, dos sobreiros e das azinheiras, assim como a redução dos impactes sobre a paisagem, o ruído e o turismo rural. Reclama também benefícios concretos para as populações locais, salvaguardas para os proprietários e para o património arqueológico, bem como a recuperação dos terrenos no final da exploração.

A **Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia de Relíquias** manifestam, conjuntamente, preocupação com a instalação de dezenas de aerogeradores, que consideram suscetível de provocar uma transformação inaceitável da paisagem e do território, com efeitos significativos e irreversíveis sobre os valores naturais, ambientais, paisagísticos e identitários da freguesia e defendem que projetos desta dimensão não devem avançar à custa da descaracterização do território nem da degradação do património paisagístico, entendido como um dos principais ativos de Relíquias.

A **CHIRO** salienta a elevada importância ecológica dos morcegos, nomeadamente no controlo de insetos, e a sua baixa capacidade reprodutiva, que torna as respetivas populações particularmente vulneráveis e adverte que os parques eólicos e as centrais fotovoltaicas podem provocar mortalidade, perda de habitat, destruição de abrigos e alterações nos padrões de alimentação e deslocação. Entende, por isso, que o futuro EIA deverá incluir uma caracterização muito detalhada das populações de morcegos, com monitorização acústica entre março e outubro, amostragem ao nível do solo e em altura e prospeção de abrigos num raio de até 10 km. Deverá ainda avaliar os impactes cumulativos com outros parques eólicos, centrais fotovoltaicas, vias rodoviárias, projetos agropecuários e outras intervenções suscetíveis de alterar significativamente o uso do solo. Recomenda, também, medidas de mitigação, como evitar núcleos de sobreiros e azinheiras, proteger árvores utilizadas como abrigo, manter ou criar corredores ecológicos, reduzir a iluminação e ponderar a paragem dos aerogeradores em determinadas condições, com vista à redução da mortalidade. Defende ainda a implementação de medidas de compensação que permitam alcançar um ganho líquido de biodiversidade. Propõe, por fim, a monitorização da atividade, dos abrigos e da mortalidade durante, pelo menos, os três primeiros anos de exploração, incluindo buscas semanais de cadáveres entre março e outubro.

Do conjunto de **Cidadãos** que se manifestaram a título individual, apenas seis apresentaram uma posição favorável ao projeto, salientando o seu

contributo para a descarbonização, a redução da dependência dos combustíveis fósseis, o reforço da segurança e da independência energética, o aumento da produção de energia renovável, a criação de emprego e o melhor aproveitamento das infraestruturas existentes através da hibridização.

Em sentido contrário, os restantes contributos evidenciam uma posição manifestamente desfavorável ao projeto, embora seja frequentemente esclarecido que essa posição não representa uma rejeição das energias renováveis ou da transição energética. Pelo contrário, é reconhecida a importância da descarbonização e do reforço da produção de energia a partir de fontes renováveis. Defende-se, contudo, que estes objetivos sejam compatibilizados com o ordenamento do território, a proteção da biodiversidade, a paisagem e a qualidade de vida das populações.

Entre as preocupações mais recorrentes destaca-se a necessidade de avaliar o projeto de forma integrada, considerando conjuntamente o parque eólico, a Central Fotovoltaica de Ourique, a linha elétrica de 150 kV, a subestação, os acessos, as fundações e as restantes infraestruturas associadas.

Os participantes defendem igualmente uma avaliação abrangente dos impactes cumulativos e sinérgicos, incluindo os efeitos combinados com outras infraestruturas existentes, licenciadas ou previstas na região, designadamente sobre a biodiversidade, os habitats, a paisagem, o ruído, os solos, os recursos hídricos, a qualidade de vida, o turismo e outras atividades económicas.

A biodiversidade constitui um dos temas centrais. São frequentes as referências à avifauna, aos morcegos, à fragmentação de habitats, aos corredores ecológicos, ao risco de colisão, à afetação de sobreiros e azinheiras e à proximidade de áreas ecologicamente sensíveis, como a IBA de Luzianes e o corredor ecológico «Cintura de Ourique». Alguns participantes

solicitam estudos de campo mais prolongados, incluindo levantamentos de aves e quirópteros ao longo de um ciclo anual completo.

A linha elétrica de 150 kV suscita igualmente preocupações relevantes, sobretudo entre residentes e proprietários próximos do corredor previsto. São referidas situações concretas de proximidade a habitações e propriedades, sendo solicitada informação mais detalhada sobre o traçado, a localização dos apoios, as distâncias às habitações, o ruído, os campos elétricos e magnéticos, o impacte visual, os efeitos sobre a fauna e eventuais alternativas.

As comunidades rurais manifestam também preocupação com a eventual alteração da tranquilidade, do ambiente sonoro, da paisagem e da qualidade de vida. Surgem referências ao ruído, à sombra intermitente, à iluminação noturna, ao impacte visual, ao turismo rural, à agricultura e à possível desvalorização das propriedades.

São ainda levantadas questões relacionadas com a compatibilidade do projeto com os instrumentos de gestão territorial, nomeadamente o PDM, o PROTAlentejo, a RAN, as medidas preventivas, as áreas de perigosidade de incêndio e a legislação de proteção do sobreiro e da azinheira. Vários participantes consideram também insuficiente a análise de alternativas e defendem que o futuro EIA deverá avaliar outras localizações, configurações e traçados, maiores afastamentos relativamente às populações, a utilização de áreas já artificializadas e, em alguns casos, a alternativa de não execução do projeto.

Outros aspetos mencionados incluem os recursos hídricos, a erosão e a estabilidade dos solos, o risco de incêndio, o património arqueológico e cultural, a transparência do processo de participação pública e a distribuição dos benefícios e impactes do projeto. Alguns participantes manifestam a perceção de que os impactes ambientais, sociais e paisagísticos serão

suportados sobretudo pelas comunidades locais, enquanto os benefícios associados à produção energética terão uma dimensão mais ampla.

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Maria Clara Sintrão